

020

GESTÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

SESSÕES TEMÁTICAS



SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA NO SERTÃO CARIRIENSE: REFLEXÕES SOBRE A CASA DE SEMENTES CRIOULAS “SENHOR DOS EXÉRCITOS”, EM CRATO – CE

Geovane Gesteira Sales Torres (UFCA)
Paulo Junior Alves Pereira (UFCA)
Jenifer Santos Bezerra (URCA)
Maria Laís dos Santos Leite (UFCA, UFRN)

RESUMO

A temática “desenvolvimento sustentável” ganha, paulatinamente, espaço nas agendas públicas, formais de governo, epistemológicas e empresariais. Uma série de atores estão envolvidos nesta arena, desde grupos de interesse, a organizações do terceiro setor e poder público. Dentre as iniciativas deste campo no território do Cariri cearense, destaca-se a Casa de Sementes “Senhor dos Exércitos” que congrega redes de práticas tanto no campo econômico, quanto nos âmbitos político e cultural. Utilizando-se da abordagem qualitativa e do método Análise do Conteúdo, a presente pesquisa objetiva compreender a percepção do Sr. Juvenal Matos - produtor rural e fundador da referida organização - sobre sustentabilidade e desenvolvimento. Conclui-se, após a análise de conteúdo do discurso, que o agricultor, que atua há 21 anos como liderança do movimento agroecológico e da economia solidária, compreende sustentabilidade enquanto a prática de relações harmônicas entre os seres vivos no meio, incorporando, ainda, questões como educação e política.

INTRODUÇÃO

Em um contexto pós-moderno marcado por mazelas socioambientais advindas de paradigmas de desenvolvimento unicamente fundados em interesses econômicos, hipertrofiados a partir da Revolução Industrial, a sustentabilidade ganha progressivamente espaço em discussões políticas, governamentais, empresariais e sociais. Todavia, não raras às vezes, tais observações imprimem itinerários concentrados em perspectivas elitistas, anacrônicas às realidades territoriais, corporativamente interessadas e dissociadas de experiências populares construídas historicamente e coexistentes à contemporaneidade.

Seguindo este raciocínio, faz-se de crucial importância pensar a sustentabilidade como um compêndio de práticas e princípios que em essência se consubstanciam em experiências construídas em distintos contextos históricos e territoriais. Bojo em que se assenta a proposta de desenvolvimento cunhada pelo chamado “bem-viver”, além de técnicas de produção e valores de sociabilidade gerados em torno da agroecologia. Então, considerar estes elementos nos auxiliam não apenas à ampliação da ideia de sustentabilidade, mas, também à subversão de lógicas político-institucionais e epistemológicas que amiúde vilipendiam os saberes, conhecimentos e práticas populares, sobretudo àqueles que não atuam – ou pouco o fazem – na legitimação do *status quo*.

Considerando o ilustrado, o presente artigo objetiva analisar o conteúdo do discurso do agricultor e atual presidente da Casa de Sementes Crioulas “Senhor dos Exércitos” – sediada em Crato/CE –, Sr. Juvenal, intuindo perceber suas considerações/representações sociais a respeito da sustentabilidade e desenvolvimento, bem como tais questões se imprimem na experiência da organização supracitada. Para tanto, adotou-se uma pesquisa exploratória, cuja coleta de dados se deu mediante uma entrevista em profundidade e o método de tratamento dos dados foi a Análise de conteúdo.

O Sr. Juvenal Januário Matos é um agricultor familiar experiente e uma liderança reconhecida regional e nacionalmente no movimento de economia solidária e da agroecologia pela sua dedicação e senso de coletividade, tendo sido um dos membros fundadores do Fórum Caririense de Economia Solidária fundada em 2010. (LEITE *et al.*, 2013).

Salienta-se, ainda, que ao decorrer deste trabalho, discutir-se-ão conceitos e apontamentos teórico-políticos em relação ao desenvolvimento, sustentabilidade, a questões socioeconômicas, à semiótica, discursos, agroecologia, *bem-viver*, bem como sobre a organização Casa de Sementes Crioulas “Senhor dos Exércitos”.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

Em um contexto pós-industrial, a temática “desenvolvimento sustentável” ganha, paulatinamente, espaço nas agendas formais de governo, públicas informais, epistemológicas e empresariais. Todavia, deve-se conceber que tal questão, ao decorrer do seu desenvolvimento conceitual, passou por inúmeras modificações. Desse modo, enxergando a ciência enquanto um produto social não neutro axiologicamente e, por vezes, interposta à legitimação do *status quo* (LAVILLE; DIONNE, 1999), deve-se conceber que as reflexões epistemológicas e políticas públicas relacionadas à sustentabilidade estão indubitavelmente inter-relacionadas ao atendimento dos interesses hegemônicos do sistema político, econômico e social de caráter capitalista.

Deve-se considerar, inicialmente, a semiótica como fragmento irredutível dos fluxos sociais materiais, tomando como percursos de consubstanciação as imagens, linguagens corporais e a própria língua. A linguagem, conforme Foucault (1999), é exterior aos sujeitos e, por meio de processos fonéticos e semânticos, foi construída historicamente calcada no pensamento binário dos signos – elementos: significantes e significados –. Na sua base conceitual repousa a noção de signo, surgindo por dimensões naturais ou por convenção humana – como a palavra –, além de poder pertencer ao conjunto que designa ou ser apartado dele, e ser fielmente seguro por sua constância no corpo social ou simplesmente provável.

Nesse ínterim, cabe-se esclarecer alguns argumentos linguísticos que evidenciam a imbricação entre discursos e realidade social. Sinaliza-se, *a priori*, que a semiose, enquanto integrante da dinâmica social, concebe gêneros discursivos. Estes, em sua incumbência da representação e autorrepresentação semiótica, dizem respeito às variadas formas de representação social protagonizadas e formatadas discursivamente de maneiras distintas (FAIRCLOUGH, 1992). Algo confluyente ao apontado por Foucault (1999), quando este menciona que a linguagem clássica apregoa a noção de que as palavras – elemento semiótico – receberam o poder de representar as coisas, esta sendo a sua principal tarefa. Em contraponto a tal conjuntura, a linguagem até o século XVI ocupava uma função de perpétuo comentário, porém, doravante o seu papel transcenderá à crítica, visto que quando o discurso se torna objeto de linguagem – representando designações, recortando, analisando e compondo elementos –, dá margens a análises de estruturas visíveis à descoberta de conteúdos ocultos.

O plano discursivo articula a realidade social com a linguagem por meio da ideologia e de modo inconsciente, não se podendo, assim, negligenciar a espessa relação entre os códigos – escritos ou não – e o seu entorno situado historicamente (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005). Convergentemente, Fairclough (1992) interpõe como práticas sociais dialeticamente relacionadas entre si e que influenciam e são influenciadas pela linguagem: atividades produtivas, relações sociais, meios de produção, identidades sociais, semiose, consciência e valores culturais. Visto isso, o conhecimento humano, científico e empírico, externado e conhecido por meio da linguagem está intimamente correlato à realidade social, a julgar pela afirmação de Rocha e Deusdará (2005) de que a construção de saberes sobre o real é um produto da linguagem como mecanismo de intervenção e, conseqüentemente, alvo de fatores ideológicos.

Em suma, como perceber plenamente o conceito e práticas de sustentabilidade se os mesmos estão comprometidos pelo atendimento dos interesses hegemônicos que, por sua vez, interferem na construção e projeção dos discursos? Conforme destaca Fairclough (1992), deve-se observar que a semiótica, por apresentar diferenças na ordem do discurso, de fato expõe formas de estruturação de sentido de ordem dominante, mas, também contra hegemônicas.

Desse modo, buscar-se-á analisar criticamente o discurso verbal falado, gravado eletronicamente e devidamente transcrito, do Sr. Juvenal Januário Matos, que há 21 anos atua na organização da Casa de Sementes Crioulas “Senhor dos Exércitos”, localizada na periferia do município de Crato-CE, e que por meio das suas vivências na articulação política no campo da agroecologia, possui conhecimentos empíricos tocantes ao desenvolvimento sustentável. Fato oportuno a discussões interdisciplinares sobre o tema em evidência a fim de explorar as antinomias e convergências dos saberes populares sobre o tema em questão pelo sujeito ora citado.

Vale-se frisar que variadas foram as óticas através das quais se observou o desenvolvimento sustentável desde a gênese do termo no relatório Brundtland, construído pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), em que se prevê o artefato em voga como àquele que versa o atendimento das presentes demandas básicas das populações, porém, sem o comprometimento do atendimento das necessidades/padrões de vida das gerações do porvir.

Salienta-se que a perspectiva de desenvolvimento supracitada significou um importante rompimento com lógicas até então vigentes e aceitas no âmago de comunidades epistêmicas, setores públicos e empresariais, que previam o desenvolvimento enquanto produto de itinerários meramente econômicos. Nesse viés, conforme destaca Furtado (1952), a escassez de materiais de base e desconhecimento da realidade econômica fez com que muitos economistas de nações subdesenvolvidas buscassem na analogia a resposta para os fenômenos econômicos de seus países, sendo assim, a comparação anacrônica de distintas conjunturas nacionais amiúde era impetrada nos estudos econômicos.

Ainda consoante Furtado (1952), apenas com a existência de problemas prévios, torna-se possível tecer teorias econômicas. Desse modo, somente por intermédio das realidades de nações subdesenvolvidas que estudiosos de países do chamado “primeiro mundo” iniciaram suas produções científicas tangentes ao chamado “desenvolvimento”. No contexto, tal questão foi subproduto das teorias cíclicas. Contudo, a nascente política econômica anticíclica também interpôs sua contribuição, sobretudo por sua tarefa no estabelecimento de objetivos, em função de aspectos temporais, por parte de determinados setores econômicos.

Confluente ao exposto, Schumpeter (1939) ocupa um papel significativo no tocante às teorias econômicas clássicas. Schumpeter (1939) interpõe a figura do “empresário” como elemento central no processo de desenvolvimento econômico, sobretudo pela atuação inovadora do protagonista ora citado no processo de rompimento com o equilíbrio econômico, o que implica na configuração não circular da sociedade.

Distintamente, ao problematizar a definição de desenvolvimento, Furtado (1952) a formata como um compêndio de transformações no modo e proporção de combinação de fatores de produção. Tais mudanças intuem arranjos mais racionais dos fatores, objetivando, especialmente, o aumento da produtividade do fator trabalho. Destarte, Furtado (1952) sinaliza a urgência por uma consciência histórica no processo de reflexão sobre a produtividade e conjecturas econômicas nacionais, visto que amiúde o fator trabalho é mal empregado em decorrência da ausência de capital – fruto do trabalho de outrora –, algo decorrente, na modernidade e pós-modernidade, de fatores históricos advindos do imperialismo e consequentes usurpações europeias de recursos naturais e dos próprios corpos de dados grupos humanos – escravidão –.

Considerando o exposto, a produtividade dos chamados países “subdesenvolvidos” se encontra comprometida pelas razões supramencionadas. O que corrobora para as dificuldades em níveis baixos de produtividade, visto que mesmo com o início do processo de crescimento econômico, a dinâmica elementar deste faz com que o aumento da renda gerada se reserve massivamente para a capitalização. Situação que, conforme se propôs por distintos expoentes da economia, encontraria repouso em correntes de intercâmbio externo, as quais oportunizariam, em tese, o início do processo de crescimento econômico em contextos marcados pela baixa produtividade, ainda que sem acumulação prévia de capital (FURTADO, 1952). Conquanto, aponta Furtado (1952) que, mesmo com o aumento da renda social, se tal benesse se concentrar no domínio de grupos seletos, o processo de desenvolvimento não passará de uma balela por não poder se intensificar internamente.

Não obstante, Arrighi (1997) ao contemplar experiências capitalistas concretizadas em distintos locais do globo terrestre, além de analisar variadas propostas desenvolvimentistas à luz do sistema capitalista que se projetam territorialmente de forma estratificada, produzindo semiperiferias e periferias econômicas subjugadas por zonas de núcleos orgânicos – representadas por nações bem posicionadas na hierarquia capitalista –, sintetiza o desenvolvimento, incluindo sua dimensão sustentável, como quimera. Ilação calcada na impossibilidade, apresentada por Arrighi (1997), de mobilidade no cerne da rígida estrutura hierárquica do sistema capitalista.

Outrossim, Veiga (2010) salienta que a maneira de se enxergar o desenvolvimento permaneceu estática durante muito tempo, especialmente porque já por volta de 1960 os países ricos conseguiram alcançar estágios satisfatórios de progresso, devido a industrialização. Todavia, percebeu-se que tais riquezas não traziam melhorias para a população majoritária, sendo assim, necessitava-se de um novo paradigma “desenvolvimentista”, já que o existente se encontrava obsoleto em relação às expectativas sociais e de organismos internacionais, como a ONU.

Portanto, Veiga (2010) apresenta a ideia de desenvolvimento sustentável como um complexo sistêmico de elementos e medidas que, racionalmente, buscam o crescimento econômico em simbiose aos aspectos qualitativos justos da vida humana e equilíbrio ambiental. Algo simplificado na composição dos elementos: economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos. Em busca de consubstanciar tais princípios, cabe aos governos, empresas, organizações sociais e cidadãos adequarem suas práticas/comportamentos, visando a redução de danos espaciais, eficiência nos fluxos e justiça social nos impactos de suas condutas socioambientais.

Embora se reconheçam os júbilos ideais trazidos pela noção de desenvolvimento sustentável, cabe-se o questionamento: seria possível a concretização do mesmo em arranjos capitalistas? Segundo Harvey (2011), não. Este alega a existência de uma destruição criativa da natureza, baseando-se no fato do meio natural ser alvo das atividades humanas. Em tal circunstância, os efeitos diretos e indiretos de tais intervenções resultam na denominada “segunda natureza” que, conforme Harvey (2011), constitui-se no meio natural remodelado pelas ações humanas. Para a incursão desta destruição criativa, que se agrava nos últimos três séculos em decorrência da ascensão capitalista, o Estado e o Capital assumem o papel de agentes sistêmicos por enxergarem a natureza como um produto social que deve ser apreciado culturalmente, economicamente e tecnologicamente, buscando, assim, uma dialética sistemática por meio de tecnologias intuindo alcançar seu objetivo magno.

Além do exposto, as antinomias existentes entre o sistema capitalista e o desenvolvimento sustentável não se restringem aos fins ambientais, mas, incorporam um bojo de elementos tocantes a aspectos sociais como o trabalho. Este, segundo Marx (1971), constitui um elemento garantidor do pleno estado de liberdade do ser humano. Todavia, o sistema dominante o tornou um artefato de desumanização e consequente “coisificação” dos sujeitos. Perante isto, Marx (1971) nomeia como alienação do trabalho o fenômeno no qual o trabalhador, desenvolvendo suas funções laborais nas condições que lhe são impostas pela divisão social do trabalho, é vilipendiado em prol do lucro. Perseguindo tal fim, o sistema hegemônico faz uso, conforme a visão marxiana, de ideologias impressas em superestruturas sociais que, por conseguinte, atuam na ratificação da submissão do trabalhador à figura patronal por meio de sistemas morais – ideologias – de “glorificação do trabalho”, tal como ele se encontra em um contexto de exploração de classes.

Mediante tais discussões, outra questão vem à tona: o desenvolvimento sustentável seria uma ilusão, algo impraticável? É notório que em uma estrutura social marcada por latentes desigualdades socioeconômicas, interesses financeiros sobrepostos ao equilíbrio socioambiental, dentre outras incongruências, o desenvolvimento sustentável, em sua integridade, está seriamente lesado. Entretanto, pensamentos como os externados por Barbieri e Silva (2011) pressupõe a existência de mecanismos legais materializados no cerne do direito internacional e no ordenamento jurídico brasileiro que asseguram – compulsoriamente – instrumentos de comando, controle e fiscais, instituições e princípios que, praticamente, buscam edificar uma proposta de desenvolvimento de caráter socioambiental.

Ademais, distanciando-se dessas possibilidades legais, viabiliza-se mencionar a existência de experiências e princípios não formais/institucionalizados, porém, também movidos pela essência da noção de sustentabilidade, tal como idealizada pelo relatório Brundtland (1988). Nesse sentido, encontram-se a socioeconomia solidária, agroecologia e permacultura, que em diálogo sinérgico entre si e com outras práticas discursivamente subversivas, primam por valores transcendentais relativos a um progresso local e comunitário em mutualismo com relações benfazejas de cuidado a tudo aquilo que vive e existe no meio (ACOSTA, 2016).

A AGROECOLOGIA E BEM-VIVER COMO ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Souza (2011) afirma que a economia é algo inerente à vida humana, estando presente desde protosociedades tribais, quando a espécie humana buscava incessantemente a superação dos percalços da vida rude. Nesse ínterim, chegou-se a um patamar revolucionário, a Era Agrária. Antes desta, os pré-históricos viviam de modo nômade, porém, com o advento de tecnologias simplórias como artefatos em pedra e osso, alcançou-se um núcleo de aceleração tecnológica que progride na contemporaneidade. Em um período tardio de sua evolução, formulou-se a ideia de “semente”, quando ganha destaque a domesticação dos vegetais.

Com o passar do tempo, as inovações tecnológicas e suas modificações levaram ao aumento do controle humano sobre a natureza e a produtividade laboral (SOUZA, 2011). Desse modo, tecnologias de produção agrícola e social, bem como propostas de desenvolvimento advindas dos protagonistas de tais práticas, existem de modo antecessor às propostas capitalistas – como as geradas pela chamada “Revolução Verde”. No âmago de tais práticas ancestrais, repousam as alternativas agroecológicas e o paradigma de desenvolvimento construído historicamente em comunidades tradicionais latino-americanas, o “bem-viver”.

Tratando-se da agroecologia, aponta-se que a mesma se configura como benéfica ao meio ambiente, promotora da inclusão social e atuante no desenvolvimento de melhores e maiores situações econômicas aos camponeses. Ademais, amiúde se ofertam bens agrícolas sem o emprego de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, em contraste à tendência pregada a partir da Revolução Verde. Sendo assim, afasta-se das tendências hegemônicas de um modelo agrícola intensivo, explorador de energia e recursos naturais não renováveis, não inclusivo e gerador de ciclos de dependência econômica. A agroecologia se constitui por agroecossistemas, estes sendo encarados como unidades fundamentais – técnicas, geográficas, socioculturais, etc. – para investigações científicas e formulações de intervenções fortuitas em prol do desenvolvimento socioambiental (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Acosta (2016) demarca que o bem-viver, ou “bien vivir”, não é uma alternativa que almeja se tornar homoganeamente global, nem tão pouco uma proposta já construída, embora já concretizada em diversas realidades. Então, entende-se o *bem-viver* como um compêndio de práticas e princípios de vida baseado nas resistências sociais, especialmente dos povos indígenas. O que se evidencia no pensamento:

O Bem Viver, enquanto soma de práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas, é ainda um modo de vida em várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela Modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela. (ACOSTA, 2016, p. 70).

Não romantizando o pensamento de uma possível estabilização cultural das etnias indígenas frente ao processo de globalização, Acosta (2016) indica que o bem-viver aglutina conhecimentos, códigos de conduta ética e espiritual no tocante ao meio ambiente, valores sociais, além de perspectivas de futuro. Então, apregoa, mediante processos profundamente democráticos e libertários, a harmonia social com a natureza, elencando valores ancestrais como a reciprocidade, relacionalidade, a complementaridade e solidariedade entre os sujeitos, o que corrobora para discussões, consensualização e concretização de alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante, fornecendo, ainda, respostas às mazelas ambientais e sociais que acometem a pós-modernidade.

Portanto, o bem-viver apresenta uma cosmovisão distinta da ocidental, haja vista suas origens comunitárias não condizentes ao sistema hegemônico. Rompe, pois, com raciocínios antropocêntricos, então, promovendo a incorporação de lógicas sociobiocêntricas (ACOSTA, 2016).

A ORGANIZAÇÃO

A atividade de venda e empréstimo de sementes crioulas protagonizada pela Casa de Sementes “Senhor dos Exércitos”, em Crato – CE, congrega redes de práticas repousantes nos campos econômico, político e cultural, que em seu âmago possibilita relações dialéticas. Tratando-se da experiência em voga, a organização em questão iniciou suas atividades no ano de 1998 – com a presidência do locutor, do discurso em análise, de lá aos dias atuais –, contando inicialmente com estruturas bioconstruíveis e, apenas com apoio financeiro da Cáritas Diocesana de Crato, a casa de sementes em questão ganhou sua sede física construída de alvenaria (ALVES *et al.*, 2018).

Além de permitir discussões entre a comunidade para articulações em prol de melhorias para o bairro, a casa de sementes também é composta por sócios (as) que possuem a autonomia de utilizar das 36 espécies de sementes para o seu plantio, porém, a quantidade de sementes a serem utilizadas é diretamente proporcional à extensão da propriedade dos cooperados. Ademais, indicam-se como benefícios das atividades da organização: independência das sementes transgênicas fomentadas pelo governo; maior segurança alimentar; articulação em rede com agricultores familiares de outras localidades; diálogo com o poder público local; fomento do cultivo a sementes crioulas e saberes tradicionais; sensibilização à consciência e conservação ambiental; protagonismo feminino (ALVES *et al.*, 2018).

As dimensões econômica (independência em relação aos insumos agrícolas governamentais, troca e comercialização de sementes) e política (protagonismo feminino, articulação entre agricultores e com o poder público) da atividade aqui discutida implicam na sua contra hegemonia às tecnologias, tangentes à produção agrícola, disseminadas pela “Revolução Verde” em um contexto capitalista que, frequentemente, imprime políticas públicas governamentais e formação social calcadas historicamente no favorecimento de elites no que diz respeito à definição de propriedades e incentivo econômico e tecnológico. Encontrando-se, pois, a agricultura familiar como uma prática “incapaz” de contribuir para o progresso nacional e, conseqüentemente, devendo ser alvo de ações públicas que apenas versem a continuidade da subsistência de núcleos familiares e previnam o “sucumbir” de tal modalidade produtiva. Sendo assim, contrapondo a lógica estruturalmente interposta pelo sistema capitalista e incorporada na esfera pública, encontra-se o fomento dos conhecimentos e práticas relativas às cultivares tradicionais (MOREIRA, 2000).

A imbricação cultural (fomento de saberes e práticas agrícolas tradicionais, promoção da consciência e conservação ambiental) do problema em evidência pode ser vista pela conclusão encontrada na afirmação de Altieri (2002) e Mooney (1992) de que a gênese e demasiado fomento de cultivares modernas e híbridas em substituição aos sistemas produtivos tradicionais provocou intensa perda de conhecimentos tradicionais e da prática associada a estes, que historicamente encontra protagonismo por parte das populações tradicionais, como povos remanescentes de quilombos e indígenas. Portanto, o subjugar das sementes crioulas e dos saberes tradicionais a elas relativos, implica em uma grotesca postura etnocêntrica em relação aos valores culturais, identidades e relações de grupos humanos historicamente vilipendiados.

METODOLOGIA

A presente investigação científica exploratória incorpora como objeto de análise o discurso verbal do agricultor e presidente da Casa de Sementes Crioulas “Senhor dos Exércitos”, localizada na cidade de Crato, interior do estado do Ceará. Sua dimensão exploratória se justifica pelo fato de a mesma buscar travar discussões político-conceituais sobre elementos empíricos e conceituais pertinentes mediante as representações sociais expostas no discurso analisado. Ora, segundo Prodanov e De Freitas (2013), a pesquisa exploratória condiz a investigações em fases preliminares, sem tantos resultados antecedentes, cuja finalidade é ofertar informações sobre o objeto observado, guiar a delimitação dos objetivos e a geração de hipóteses e até mesmo desvendar novas perspectivas para o tema. Essa matriz se configura, amiúde, em pesquisas bibliográficas e estudos de caso – esta sendo a situação do trabalho em voga –, além de possuir um planejamento flexível.

No que tange à coleta dos dados, realizou-se uma entrevista em profundidade com o entrevistado partindo da questão norteadora: “O que você compreende por desenvolvimento sustentável? A presente organização atua em prol dele, ou não? Comente.”. A entrevista foi gravada eletronicamente e transcrita respeitando as expressões orais tal como pronunciadas pelo locutor do discurso. Tratando-se do tratamento do material verbal, adotou-se o método análise de conteúdo.

A análise do conteúdo é uma metodologia interpretativa que tem como principal preocupação o conteúdo do discurso. Desse modo, a análise do conteúdo diz respeito a técnicas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo dos textos, buscam indicativos que possibilitem a interferência de conhecimentos relativos nas condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2002). A análise do discurso defendida por Michel Pêcheux, por sua vez, propõe uma relação entre a construção do discurso e a ideologia do sujeito, analisando esse discurso a partir das questões sociais que o permeiam.

Em vista disso, infere-se que há algumas diferenças entre as duas metodologias de análise. A análise do discurso (AD) trata, essencialmente, do funcionamento do discurso ao produzir sentido. Em contrapartida, a análise do conteúdo se atém em estudar o conteúdo das palavras, observando o que o texto comunicativo diz, enquanto a AD procura uma significação nas entrelinhas, a partir do que há por trás do texto (LIMA, 2003).

Desse modo, o processo metodológico da análise do conteúdo se dá por três fases, como defende Bardin (2002), são elas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise constitui um período introdutório do trabalho, no qual há uma organização dos dados. Já a exploração do material se restringe à administração sistemática das decisões já tomadas na pré-análise (BARDIN, 2002). Por fim, há a última etapa que é o tratamento dos resultados, sua inferência e interpretação, que é constituída com a observação dos dados obtidos e então, a interpretação do conteúdo textual.

Mediante os fluxos metodológicos ora expostos, produziram-se categorias tocantes ao tema investigado e tais produtos foram discutidos à luz de pensamentos/formulações epistemológicas tangentes aos temas desenvolvimento sustentável, agroecologia e subjetividades discursivas, tal como se constata a seguir:

Quadro 1: Categorias construídas em torno do discurso do entrevistado

Categorias sobre as impressões do entrevistado a respeito do desenvolvimento sustentável	Fragmentos do Discurso
<p>Categoria 1: Responsabilidade humana sobre as consequências ambientais geradas.</p>	<p>Que eu também sou, exatamente essa questão, que faz parte da sustentabilidade, que ele dizia, se houvesse esse, esse sentido, todas as pessoas que trabalham, nós não tava na situação que tá. Eu costume muito a dizer, que é o sistema ambiental que nos tamo de, devorando, acabando. Nós somos, eu costume muito a dizer, que nós somos os verdadeiros pedradores do sistema e também deveríamos ser os verdadeiro responsáveis pela recuperação. Então, é o contrário, sempre continuam de, desteriorando, acabando. Nós tamo vivendo, vivenciando, dentro do contexto bríblico, nós tamo vivenciando nos últimos dias. Né? Os últimos dias. A gente num pode, “ah”. Num tenha medo não! Vamo procurar corrigir os nossos erros, pra que a coisa num fique mais agravada E, se nós queremos mudança, é necessário que nós mude algo que tem dentro de nós. Que as mudança é... Tá dentro de nós! De cada um de nós! Num... Num tem negócio de esperar que você me mude, ou que eu le mude, não! Não acontece isso! Eu tenho que me mudar, algo que eu tenho que não tá certo, para que possa ser mudada a coisa!</p>
<p>Categoria 2: Uso de defensivos naturais, buscando imitar a natureza.</p>	<p>Uma maquininha de pulverizar, porque não é com veneno, mas tem esse produto aqui, é um produto que a gente produz ele, faz ele, é natural. Dentro do movimento, tem que fazer o que a natureza ensina. Né? Se nós trabalhar com ela direitinho, ela ensina. Não é muito fácil, mas, ensina.</p>
<p>Categoria 3: Caráter sustentável da casa de sementes crioulas em questão e crítica às sementes transgênicas.</p>	<p>A casa de semente ela é um lugar, a gente tem ela como um, um empreendimento que agrega sustentabilidade. No caso, nós temos as semente nos tempo hábil do prantio, nós tamo, não tamo sujeito as sementes do governo, semente transgênica, semente, eles chama “geneticamente melhorada”, e eu chamo “geneticamente piorada”. Porque realmente são sementes que você pranta esse ano e no outro ano não pode prantar a mesma. Não tem condição! Né? Ela não produz! E a nossa semente ela se reproduz, continua se produzindo quanto tempo você queria. Você abraça melhor ao solo, ao solo, ela é mais resistente a praga, mais resistente ao verão! Mais resistente, enfim, a tudo! E... A posição de você, a alimentação dela é diferente também! São coisas naturais, né? Que é muito raro! E muitas vez a gente ver, a mídia, busca enganar! E tem muita gente, a maioria, quase enganado! Muitas vez o cara diz “as sementes do governo”, num quero dada. Se passar aqui pra mim, num quero dada não! Aqui dento mermo não! E esse é um sistema que a gente evoca da natureza! Vendo isso aí que realmente existe! Assim, puras são poucas, porque pode até querer, mas não vai tem condição, porque não pode misturar, se você pegar misturando é melhor você não querer nenhuma, porque ou tá com uma ou com outra, e a do governo ela não tem resistência, ela não tem sustentabilidade, porque a causa deles é que possa monopolizar, e a semente é um trunfo, a semente é uma arma, se você segurar...</p>

Categoria 4: Mudanças administrativas na organização para a sustentabilidade econômica.	Aí a gente reformamo o regimento numa posição que a pudesse vender, porque realmente aí não tinha, não havia como emprestar.
Categoria 5: Caráter transversal da sustentabilidade.	Um sistema de sustentabilidade na agricultura, mas também na educação, no desenvolvimento político, enfim... É um elo de desenvolvimento que a gente tem ela nessa, com esse objetivo. Né? E fazer o desenvolvimento social na, na, o conhecimento e a prática. Umas 4 ou 5 cidades do Maranhão que juntaram o grupo e vieram, Fórum de Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania do Maranhão, nesse grupo, e fizeram, duas deixaram essas sementes aqui, que viram na internet. Aí vieram aqui para pegar essa experiência.
Categoria 6: Benesses das práticas sustentáveis da casa de sementes para as pessoas e outros seres.	E aí está, o nosso objetivo, da casa de sementes, são esses: sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade e desenvolvimento da vida, não só do ser humano mas também dos animais, porque realmente nós tamo ao entorno do, o que nós faz na função alimentar, na, na, na segurança alimentar é pra todos. Pra gente e pros animais também, né? Sem trabalhar veneno, sem trabalhar com agrotóxico, os caba chama agrotóxico e eu chamo é veneno. Mata! Não tem, num tem, num tem outra salvação!
Categoria 7: Soluções locais.	Então, realmente, é exatamente esse o objetivo da casa de sementes, sempre foi esse, educar nas posições mais possíveis, dar seriedade, que as coisas andem com normalidade, num rumo que ninguém possa tá se relando.

Fonte: Produzido pelos(as) autores(as) com dados da pesquisa.

Colocando-se como parte da sustentabilidade, o entrevistado elucida sua opinião acerca da relevância das condutas pessoais dos indivíduos na tangente ao alcance da resolução dos problemas socioambientais vigentes. Em contraponto a este ideal, encontra-se no discurso analisado, a realidade em que os seres humanos são os “pedradores” (sic) da rede ecológica em que o ser humano se insere, sendo que, a ideia de predador, aqui referida, consiste em um sinônimo de destruidores. O entrevistado recomenda, ainda, que, por uma mudança de conduta dos sujeitos, se é possível recuperar os danos e gerar transformações socioambientais. O artefato posto pelo respondente conflui ao indicado por Sachs (2000) de que o ser humano deve ser aglutinado na defesa da natureza, por meio de um embasamento na economia da permanência. O que termina por edificar alternativas como o ecodesenvolvimento, no qual a conscientização e envolvimento da população constituem alguns de seus pilares.

Acresce-se a exclamação do entrevistado sobre não utilizar defensivos agrícolas não naturais, apenas um simples equipamento para pulverizar os produtos naturais de combate a pragas na plantação. Algo que dialoga à sua visão negativa ao emprego de sementes geneticamente modificadas na produção agrícola, especialmente pela incapacidade de fertilidade das sementes geradas a partir de transgênicas. Além do exposto, elencam-se como benesses das sementes crioulas as seguintes características: germinação em tempo hábil, uso transperiódico das mesmas, melhor adequação ao solo e estiagem, além de maior resistência a pragas. Ao transcorrer do posicionamento, põem-se as sementes transgênicas como “sementes do governo”, indicando as frequentes políticas públicas de fomento a tecnologias de produção não agroecológicas por parte do poder público. Em crítica a tal política, o discurso se refere à mesma como uma “arma” defendida, conforme o discurso, pela mídia, o que termina por gerar efeitos ideológicos de convencimento aos agricultores. Por fim, cabe-se mencionar os sinais linguísticos de repulsa do entrevistado a tais mecanismos genéticos de incidência agrícola.

Sobre tal visão negativa às tecnologias emanadas da Revolução Verde, viabiliza-se destacar que Moreira (2000) advoga que as críticas a tal marco não devem ser meramente técnicas – embora se reconheçam seus malefícios socioambientais –, mas deve ser em relação à essência capitalista tocante à formação nacional e às tradições políticas e governamentais de favorecimento a elites, em detrimento das massas populacionais. Além de ser, nas décadas de 70 e 80, críticas ao “desenvolvimento” técnico-agrícola excludente e injusto aos pequenos produtores familiares. Estes ainda são vistos, pela lógica do sistema hegemônico, como sujeitos incapazes de seguir o progresso tecnológico, econômico e social, o que implica nas inúmeras políticas públicas agrícolas conservadoras de suas precárias condições produtivas e mantedoras de condições unicamente para a subsistência familiar, o que termina por induzir os (as) agricultores (as) familiares a buscarem outras fontes de renda, muitas vezes se prestando a serviços fabris e mercantis nos centros urbanos que contrastam sumamente suas culturas laborais e territoriais.

Não obstante, indica-se não fazer uso, nas atividades da casa de sementes, de agrotóxicos. Em referência a estes, o discurso se refere como “veneno”, por sua propriedade nociva, ou, em palavras do entrevistado, “Mata!”. Portanto, encarando-se a renegação às tecnologias supramencionadas – sementes transgênicas e agrotóxicos –, o entrevistado menciona o objetivo maior da casa de sementes em questão, compreendendo-o, assim, como a “sustentabilidade e defesa da vida”. Vida esta que não restringe à humana, mas congrega as de todos os seres que vivem ao entorno das atividades da organização tratada. Algo alcançado apenas por meio das medidas de “segurança alimentar”, concretizadas pela adoção de tecnologias socioambientais divergentes das criticadas pelo sujeito da pesquisa. O direito à vida, aqui exposto, além de dialogar com princípios universais, inalienáveis e transcendentais construídos historicamente pelas sociedades humanas, também se configura como um instrumento crucial da chamada “gestão negociada e contratual da biodiversidade”, que traz em seu âmago o direito dos povos à vida, humana ou não, como prioridade máxima, o que congrega direitos humanos, individuais, ambientais e coletivos (SACHS, 2000).

Enfim, manifesta-se a concepção do locutor do discurso sobre sustentabilidade. Aponta-se que não apenas nos sistemas agrícolas tal questão se incide, mas, também em setores como a educação e política. Concebe-se a sustentabilidade como um “elo” para o alcance do desenvolvimento e um produto do vínculo entre conhecimento e prática. Em correlação, diz-se que o intuito maior da casa de sementes consiste, desde sua gênese, na “educação em soluções possíveis”, algo provavelmente relacionado à resolução de problemas com base em soluções acessíveis à realidade em questão, contribuindo para a “normalidade” dos fluxos organizacionais/territoriais. Além do exposto, por decorrência de problemas internos, buscou-se a alteração do regimento da organização para que houvesse uma transição do empréstimo para a venda de sementes, algo condizente à sustentabilidade em seu viés econômico. Tais representações sociais do locutor do discurso evidenciam sua perspectiva das multiplicidades que circundam a sustentabilidade – social, econômica, ambiental e política –, o que dialoga com a visão de Sachs (2000) de que a sustentabilidade, de fato, alcança-se por meio da conscientização da população, o que se consegue por meio de processos formais e informais de educação ambiental que viabilizem lógicas territoriais – locais – e transversais.

Evidencia-se que para o alcance do referencial de sustentabilidade perseguido pela Casa de Sementes “Senhor dos Exércitos” – o que implica na adoção de práticas tecnológicas de pouco impacto socioambiental, estratégias organizacionais para a melhor performance dos fluxos internos, além de medidas educacionais que visem a geração de mudanças introspectivas e, conseqüentemente, comportamentais na resolução de problemas locais –, enfrentam-se latentes obstáculos, no seio da própria organização, que amiúde derivam de questões de ordem estrutural.

O primeiro obstáculo narrado no discurso pode ser percebido na categoria 1, no fragmento que expressa: “Então, é o contrário, sempre continuam deteriorando, acabando” (sic). No contexto desta locução, exclama-se que o ser humano age de modo destrutivo e não mitigatório em relação aos impactos socioambientais gerados pelo mesmo, o que contrapõe a perspectiva do entrevistado. Desse modo, o contínuo deterioramento por iniciativa humana indica uma tendência comportamental que deve ser superada por meio de alternativas como a educação e arena política, tal como evidenciado pelo próprio informante na categoria 5.

Além do elencado, nota-se na categoria 3 um percalço estrutural no tocante ao ideal de sustentabilidade pretendido. Ao se afirmar que “nós tamo, não tamo sujeito as sementes do governo” (sic), deixa-se a entender que, excetuando-se os sujeitos constituintes da organização, outras pessoas se encontram em situações de sujeição às sementes geneticamente modificadas. Algo proveniente, segundo o entrevistado, de um processo cíclico em que: “E muitas vez a gente ver, a mídia, busca enganar! E tem muita gente, a maioria, quase enganado!” (sic).

Além disso, a afirmação “Muitas vez o cara diz “as sementes do governo”. Num quero dada” (sic) reflete o efeito inconsciente de recusa ao projeto ideológico interposto pelas sementes transgênicas, haja vista que as experiências do ator o possibilitaram um repertório de escolhas e recusas também ideológicas, porém, não dominantes.

Além disso, a afirmação “Muitas vez o cara diz “as sementes do governo”. Num quero dada” (sic) reflete o efeito inconsciente de recusa ao projeto ideológico interposto pelas sementes transgênicas, haja vista que as experiências do ator o possibilitaram um repertório de escolhas e recusas também ideológicas, porém, não dominantes.

Além disso, a afirmação “Muitas vez o cara diz “as sementes do governo”. Num quero dada” (sic) reflete o efeito inconsciente de recusa ao projeto ideológico interposto pelas sementes transgênicas, haja vista que as experiências do ator o possibilitaram um repertório de escolhas e recusas também ideológicas, porém, não dominantes.

Além disso, a afirmação “Muitas vez o cara diz “as sementes do governo”. Num quero dada” (sic) reflete o efeito inconsciente de recusa ao projeto ideológico interposto pelas sementes transgênicas, haja vista que as experiências do ator o possibilitaram um repertório de escolhas e recusas também ideológicas, porém, não dominantes.

Além disso, a afirmação “Muitas vez o cara diz “as sementes do governo”. Num quero dada” (sic) reflete o efeito inconsciente de recusa ao projeto ideológico interposto pelas sementes transgênicas, haja vista que as experiências do ator o possibilitaram um repertório de escolhas e recusas também ideológicas, porém, não dominantes.

Além disso, a afirmação “Muitas vez o cara diz “as sementes do governo”. Num quero dada” (sic) reflete o efeito inconsciente de recusa ao projeto ideológico interposto pelas sementes transgênicas, haja vista que as experiências do ator o possibilitaram um repertório de escolhas e recusas também ideológicas, porém, não dominantes.

Além disso, a afirmação “Muitas vez o cara diz “as sementes do governo”. Num quero dada” (sic) reflete o efeito inconsciente de recusa ao projeto ideológico interposto pelas sementes transgênicas, haja vista que as experiências do ator o possibilitaram um repertório de escolhas e recusas também ideológicas, porém, não dominantes.

Não obstante, a passagem do discurso “Dentro do movimento, tem que fazer o que a natureza ensina. Né? Se nós trabalhar com ela direitinho, ela ensina” (sic), vislumbra-se uma dimensão de consciência subjetiva de contemplação do meio destoante da que normalmente se imprime nos comportamentos sociais, pois, a contemplação e consequente aprendizado com a natureza deixou de fazer parte dos hábitos humanos, sobretudo a partir da Revolução Industrial. Todavia, tal elemento resiste no mundo pós-industrial, haja vista que a existente prática permacultural apregoa como um dos seus princípios o “cuidado com a terra”, prevendo, então, a observação e cuidado com os recursos naturais, sejam eles vivos ou não, resgatando os laços afetivos ancestrais com a terra, protegendo-a e modificando-a racionalmente, ponderando suas consequências – impactos – (MOLLISON, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se os vários debates levantados acerca da sustentabilidade e sua relação com o *status quo*, é cabível afirmar que muitos desses surgem pautados em interesses políticos elitistas e econômicos, visando apenas o favorecimento de determinados grupos sociais. Dessa forma, evidencia-se a importância de uma reflexão no que concerne ao conceito de desenvolvimento sustentável e suas práticas, observando como os discursos podem interferir nestes fatores.

Assim, há formas que possibilitam uma percepção integradora e consciente do desenvolvimento sustentável, como a agroecologia, que promove alternativas tecnológicas saudáveis e confluentes ao “bem viver” – práticas de resistência social que valorizam a relação dos sujeitos com a natureza, a fim de cultivar a harmonia e a solidariedade, trabalhando com o social e o espiritual.

Nesse contexto, a partir da análise do conteúdo, foi possível observar algumas crenças e atitudes do Sr. Juvenal, da Casa de Sementes Crioulas “Senhor dos Exércitos”, no que tange a questões socioambientais. O sujeito tratado se opõe às práticas agrícolas de cunho capitalista/patronal, visto que discorda intensamente do uso de tecnologias e modelos organizacionais extensivos, não os permitindo em sua organização. Para ele, os “homens” – seres humanos – devem mudar tais hábitos, com o intuito de diminuir os impactos causados pelos próprios à natureza. O Sr. se coloca, desse modo, favorável ao ecodesenvolvimento. Ademais, aponta os atos nocivos à natureza como realização dos governos, com o apoio da mídia, reconhecendo a influência de fatores estruturais nestes processos. Para o Sr. Juvenal, deve haver métodos educacionais que valorizem ações em defesa do meio ambiente em suas múltiplas dimensões.

Portanto, é notória a conscientização do Sr. Juvenal no que se refere a questões socioambientais, pois reconhece a necessidade de uma transformação social, na qual o próprio se inclui. Além disso, é evidente que a Casa de Sementes Crioulas “Senhor dos Exércitos” é um espaço de resistência política, tecnológica e social, em que há a preservação do meio ambiente, por meio de práticas incluídas e que se preocupam com os pequenos agricultores, respeitando sempre as particularidades e restrições da natureza.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Elefante, 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão desenvolvimentista: uma reconceitualização da semiperiferia. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu Da. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios**. 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. Obra original publicada em, 1977.
- BEVILAQUA, Gilberto Antônio Peripolli *et al.* Agricultores guardiões de sementes e ampliação da agrobiodiversidade. **Embrapa Clima Temperado- Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2014.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13- 16, 2002.
- COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity press, 1992.
- FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H e RABINOW, P. Michel **Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Vera Porto Carreiro. Rio J: Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, n. 3, p. 7-45, 1952.
- HARVEY, David. 1935. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.
- LEITE, Maria Laís dos Santos *et al.* **O Fórum Cariense de Economia Solidária como Possibilidade de Integração Entre Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Poder Público Local no Cariri Cearense**. *NAU Social*, v. 3, n. 5, p. 33- 39, 2013.
- LIMA, Maria Emília Amarante Torres. Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. **Psicologia em revista**, v. 9, n. 13, p. 76-88, 2003.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MOLISSON, Bill. **Introdução à permacultura/ Bill Molisson, Reny Stay; tradução de André Luis Jaeger Soares – Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.**
- MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**, 2000.
- ORWELL, George. **George Orwell: Meu país certo ou esquerdo, 1940-1943**. David R. Godine Publisher, 2000.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.
- ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea: estudos neolatinos**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.
- SCHUMPETER, J.A. **Business cycles; a theoretical, historical and statistical analyses of the capitalist process**. New York: McGraw-Hill, 1939. 2v.
- SOUZA, Nelson Mello e. Sociologia do Pensamento Econômico. **Carta mensal: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo**, v. 1, n. 670, p. 34-61, 2011.
- ALVES, J.H.; TORRES, Geovane G. Sales; MACHADO, A. R.; MACHADO, M. I. R. Juvenal Januário Matos – Senhor do Exército, Guardião de Sementes Crioulas. *In: Third International Conference on Agriculture and Food in an Urbanizing Society*, 3., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2018.
- VEIGA, José Eli da, 1948. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI / José Eli da Veiga**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- WU, Xun *et al.* **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Trad. Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.